

PSDB não aceita aumento de impostos

Partido apresenta propostas contra a crise e cobra resultados da equipe econômica

Catia Seabra e James Allen (da Agência O GLOBO)

BRASÍLIA

Diante do turbilhão financeiro que o Brasil atravessa, o PSDB resolveu discutir e apresentar propostas ao Governo para tentar tirar o país da crise. Numa reunião realizada ontem na Câmara entre deputados tucanos e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, ficou acertado que o partido vai defender o combate à inflação com queda de juros, o estímulo ao desenvolvimento e um segundo ajuste fiscal sem, no entanto, aumento de impostos. Em futuros encontros com integrantes da equipe econômica, os parlamentares tucanos pretendem aprofundar as discussões, abordando a possibilidade de evitar aumentos de tarifas públicas, a reforma tributária e a rolagem das dívidas dos estados.

Parente, de quem foram cobrados resultados da política econômica, pediu aos deputados do PSDB um tempo para que medidas como o ajuste fiscal comecem a produzir efeitos. Ele disse que, no momento, o Governo só discute com o FMI a revisão das metas do acordo internacional que garantiram os empréstimos ao Brasil.

Enquanto os tucanos procuravam acertar seus passos com a equipe econômica, o PT atacava o Governo na Câmara. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou dois requerimentos, um convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a explicar as mudanças ocorridas na economia e no Banco Central, e o outro convidando os ex-presidentes do Banco Central Gustavo Franco e Chico Lopes e o atual, Armínio Fraga, a depor na Câmara. A Mesa da Câmara acolheu o requerimento, que será encaminhado aos líderes para que decidam o que fazer. Se for aprovado, os economistas do Governo devem depor na quarta-feira.

Parente disse na reunião do PSDB que os boatos e a crise de sexta-feira mostraram ao Governo a fragilidade do Banco Central e que, por isso, houve necessidade de troca do presidente da instituição. Ele procurou deixar os parlamentares tranqüilos descartando qualquer medida econômica tomada de surpresa.

— Se alguma medida houver, não será tomada de surpresa e não prejudicará a sociedade — assegurou Parente.

Um dos pontos acertados na reunião de ontem do PSDB com Parente prevê a aceleração, pelo Governo, das negociações para a reforma tributária. Desde 1995 o Governo está com a sua proposta de reforma tributária parada na Câmara e mesmo uma nova versão da recente estrutura de impostos, apresentada no fim do ano passado pelo próprio Parente, ainda não conseguiu entusiasmar os estados.

O PSDB manifestou apoio a todas as medidas do Governo que assegurem o combate à inflação, o primeiro ponto fechado na reunião.

— O combate ao aumento de preços pode ser compatibilizado com o desenvolvimento econômico e principalmente com a queda dos juros — sustentou a deputada Yeda Crusius (RS), ministra do Planejamento do presidente Itamar Franco.

A deputada afirmou que o partido quer que a segunda rodada do ajuste fiscal seja concentrada numa melhor qualificação dos gastos e no corte das despesas e não no aumento dos impostos. A tese vai de encontro à proposta do PMDB, que defende um imposto que poderá aumentar o preço dos combustíveis em R\$ 0,10. O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, vem articulando na Câmara a aprovação de uma proposta de emenda constitucional neste sentido e que asseguraria uma receita estimada em R\$ 4,5 bilhões por ano para seu ministério.

— O controle da inflação implica a necessidade de um esforço fiscal complementar voltado para o corte de gastos. O imposto sobre combustíveis deve ser aquele que está no projeto da reforma tributária: um imposto único que permita crescer a arrecadação sem aumentar o preço do produto — disse Yeda.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), presidente do PFL, criticou ontem as propostas de criar novos impostos, como o chamado Imposto Verde, que incidiria sobre os combustíveis e é defendido pelo PMDB.

— A aprovação da reforma tributária é uma reivindicação do PSDB — disse Yeda.

A mesma bandeira foi levantada pelos presidentes da Câmara e do Senado em seus discursos de posse esta semana. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o deputado Michel Temer (PMDB-SP) defenderam a aprovação da reforma tributária ainda este ano.

Às críticas que o Governo vem sofrendo em função das renegociações da dívida dos estados, o deputado Alberto Goldman (SP) propôs ontem na reunião do partido que se anulem os atuais termos e se volte a utilizar as condições financeiras anteriores ao acordo.

Recentemente, numa resposta ao governador de Minas, Itamar Franco, o Ministério da Fazenda informou que os estados chegavam a pagar até 40% de juros ao ano, quando o atual acordo prevê uma taxa de apenas 6% para pagamento em 30 anos. E os vencimentos anteriores eram trimestrais.

Parente afirmou que, se alguns estados quisessem, as condições financeiras anteriores ao acordo poderão ser resgatadas. Na realidade, se politicamente há algum efeito no posicionamento do secretário-executivo, na prática seria impossível recuperar os pagamentos já feitos pela União aos credores dos estados.



PEDRO PARENTE, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Aécio Neves e Arnaldo Madeira, na reunião do PSDB com a equipe econômica ontem na Câmara

Givaldo Barhosa